



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM**

**EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
29/08/2004**

PROTOCOLO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

1. PEÇA PROCESSUAL

Você foi procurado em seu escritório por ROBERTO MELLO, brasileiro, casado, motorista, titular da Cédula de Identidade nº 2.222.222-2/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 222.222.222-22, residente e domiciliado em Curitiba/PR, na Rua Costa Rica, nº 1, na qualidade de representante legal da RM TRANSPORTES LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.222.222/2222-22, com sede em Curitiba/PR, na Rua Jamaica, nº 1. Informa que a RM TRANSPORTES LTDA. – ME mantém contrato de prestação de serviços com o Hotel Fazenda Paraíso, para traslados diários de hóspedes ao aeroporto pelo valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Relata, ainda, que no dia 20 de junho de 2004, por volta das 22 horas, conduzia regularmente e sem passageiros, o veículo Besta, placas ATT-0000, de propriedade da RM TRANSPORTES LTDA. – ME, pela Rodovia Federal BR-XXX, quando, sem qualquer possibilidade de evitar, colidiu frontalmente com um pinheiro tombado da margem da via. A manutenção e conservação da rodovia é concedida à CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS LESTE-OESTE S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 33.333.333/3333-33, com sede em São José dos Pinhais/PR, na Rua Dominica, nº 1, mediante Contrato de Concessão nº 1/2004. O acidente foi presenciado por DORVAL SANTOS, como registrado no Boletim de Ocorrências nº 1/2004 lavrado pela Polícia Rodoviária Federal. Do sinistro decorreram apenas prejuízos de ordem material. O veículo levou 2 (dois) meses para ser consertado ao custo de R\$ 15.000,00. ROBERTO MELLO menciona que por conta do acidente, não terá condições de pagar os salários dos funcionários da RM TRANSPORTES LTDA. – ME do próximo mês.

Na qualidade de advogado, apresente a peça processual adequada para o ressarcimento integral dos prejuízos sofridos por seu cliente, observando integralmente os requisitos legais, além de fundamentar seu pedido nas regras e princípios aplicáveis ao caso.

Atenção, não identifique a prova. Se achar necessário, use o nome fictício de Iguaçu Paranaense, OAB/PR 2004, com escritório profissional em Curitiba/PR, na Rua Paraguai, nº 1.

2. QUESTÕES PRÁTICAS

2.1 Rômulo e Remo constituíram, por contrato social, uma sociedade em conta de participação. Assim como determina a Lei, a atividade constitutiva do objeto social era exercida unicamente pelo sócio ostensivo, Rômulo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade. Ocorre que, a partir de um determinado momento Remo, o sócio participante, passou a atuar em conjunto com Rômulo nas relações jurídicas comerciais com terceiros. Responda fundamentadamente qual a responsabilidade de Remo perante terceiros? E ainda, o terceiro que se sentir prejudicado pode exigir o cumprimento integral da obrigação somente por Remo, o sócio participante? **Justifique e fundamente sua resposta.**

2.2 Em ação de reconhecimento de paternidade, movida por F. P., menor impúbere, representado por sua mãe, MARIA, contra seu suposto pai JOSÉ, foram produzidas somente provas testemunhal e pericial hematológica, por absoluta impossibilidade financeira de custear o exame de DNA, sem comprometer a capacidade financeira de ambos os pais, que não se enquadram em nenhuma possibilidade de obtenção gratuita do exame. A sentença declarou que o menor F. P é filho biológico de JOSÉ, que restou condenado ainda ao pagamento de pensão alimentícia. Inconformado, apresentou apelação e, com a autorização expressa e absolutamente consciente de MARIA, escreveu uma carta a um programa de televisão que os escolheu para realizar o exame de DNA. Recebeu o resultado que afastou a possibilidade dele ser pai da criança em cadeia nacional de televisão, o que foi informado nos autos muito antes do julgamento pelo Tribunal.

O acórdão do Tribunal, entretanto, manteve a sentença reconhecendo a paternidade, tomando em consideração somente as provas produzidas durante a fase probatória. Esta decisão transitou em julgado e JOSÉ já iniciou o pagamento da pensão.

Considerando somente o que foi anteriormente descrito, responda fundamentadamente:

- Qual o meio de alterar a decisão de mérito transitada em julgado?
- JOSÉ pode parar imediatamente de pagar a pensão a que foi condenado?
- no caso descrito, o novo laudo de DNA pode servir para modificar a sentença declaratória de paternidade?

Justifique e fundamente sua resposta.

2.3 Pedro da Silva adquiriu do Atelier A.X. (que tem por atividade habitual a comercialização de peças exclusivas) um vaso de porcelana romena, confeccionado pelo falecido artista plástico Nicolae Stănescu, para presentear seu primo João Pereira, colecionador de obras de arte, pagando pelo presente a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). O Atelier A.X. comprometeu-se a entregar o vaso pessoalmente a João Pereira na data de seu aniversário, comemorado uma semana após a compra. Contudo, no transporte da peça, realizado pelo próprio Atelier A.X., o vaso sofreu um leve arranhão devido ao manuseio negligente da peça. A imperfeição passou despercebida pelo aniversariante, mas foi rapidamente notada por Pedro da Silva, em visita ao primo. Transcorridos aproximadamente 35 (trinta e cinco) dias desde a compra, Pedro da Silva, mesmo após diversos contatos com o Atelier A.X., não obteve solução para o problema. Sabendo que, por se tratar de peça exclusiva, não existe possibilidade de substituição do vaso e que Pedro da Silva não pretende devolver o vaso ao Atelier, vez que o presente já foi dado a seu primo João, pergunta-se: pode Pedro da Silva exigir do Atelier A.X. alguma providência visando reparar o prejuízo decorrente do defeito do vaso, com base na legislação em vigor? **Justifique e fundamente sua resposta.**

2.4 Adelino, quando foi retirar a segunda via de seu título de eleitor, tomou conhecimento, através de matéria publicada em um jornal local, que Severino, servidor público remunerado da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, foi nomeado pelo Secretário de Estado da Saúde sem a aprovação em concurso público, condição esta expressamente exigida por lei.

Com base exclusivamente nos fatos hipotéticos narrados, responda:

- a) Adelino tem legitimidade para propor qual medida judicial contra o ato praticado? Por quê?
- b) Contra quem a medida deve ser proposta?
- c) A medida seguirá qual procedimento?
- d) Qual o prazo prescricional para a propositura da medida?

Justifique e fundamente sua resposta.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS